



Sessão temática: Política Social e Serviço Social.

Mesa coordenada A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social em tempos de desmanche e lutas de resistência.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO: ANTIGAS RELAÇÕES, NOVAS CONTRADIÇÕES

BERENICE ROJAS COUTO¹
SOLANGE EMILENE BERWIG²

Resumo: O artigo apresenta as características dos usuários da Assistência Social na conjuntura de crescimento do empobrecimento e do desemprego estrutural, que expõe a contradição entre os demandatários da política e sua relação de assalariamento. São os trabalhadores com carteira de trabalho, precarizados, quarterizados, que buscam atendimento às suas necessidades sociais no âmbito do SUAS. Essa constatação nos leva a debater a relação entre trabalho e Assistência Social em uma perspectiva de ultrapassar a reiterada afirmação de que a existência de trabalho assalariado seria critério de exclusão da política, bem como põe em xeque os cursos profissionalizantes como “porta de saída”.

Palavras Chaves: Assistência Social; Trabalho Assalariado; Usuários; Porta de saída.

Abstract: The article presents the characteristics of the users of Social Assistance in the context of growth of impoverishment and structural unemployment, which exposes the contradiction between the demands of the policy and its salaried relationship. They are the workers with precarious, quartered work, who seek to meet their social needs within the scope of SUAS. This finding leads us to discuss the relationship between work and social assistance in a perspective of overcoming the reiterated assertion that the existence of salaried work would be a criterion of exclusion from politics, as well as calling the vocational courses as a “way out”.

Key Words: Social Assistance; Wage Work; Users; Exit Door.

1 INTRODUÇÃO

Uma das características que compõe a forma tradicional de debater a inclusão dos/das usuários/as nos serviços vinculados a política de Assistência Social pautava-se pela inexistência de trabalho, seja informal ou principalmente formal, uma vez que a renda auferida no trabalho seria a responsável pela exclusão da necessidade de ser atendido pela política de Assistência Social. Esse raciocínio próprio das políticas sociais residuais com parâmetros minimalistas de atuação do Estado (PEREIRA, 2013) serviram de justificativa a

¹ Professora com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

² Estudante de Pós Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

criação de critérios meritocráticos de inserção dos/as usuários/as nos serviços e benefícios da Assistência Social.

A ideia de que a Assistência Social é campo de atenção às formas tradicionais de pobreza ou de desajustamentos familiares e sociais, a nosso ver, introduziram uma forma dicotômica de analisar a relação trabalho x Assistência Social, o que contribuiu em muito para o caráter não classista encontrado nos documentos que regularizam a política.

Essa tensão, provocada pelo debate entre trabalho e Assistência Social vem sendo problematizada por vários autores (COUTO et. all, 2017; BOSCHETTI, 2016; PAIVA, 2014) e tem sido um dos elementos centrais quando se trata de debater quem é mandatário/a dos serviços assistenciais e qual sua relação com o mercado de trabalho.

Na primeira pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa, que se encontra publicada a relação trabalho e Assistência Social ganhou destaque no debate que foi realizado no capítulo que apresentava e problematizava a política e que entre categorias como território, matricialidade sociofamiliar e direito socioassistencial foram analisadas pela equipe da pesquisa. A problematização foi realizada a partir das análises da conjuntura na qual a pesquisa se desenvolveu, e dos aportes teóricos que iluminam a análise dos achados da pesquisa. Entretanto, no escopo daquela pesquisa não foram realizadas entrevistas ou grupos focais com os/as usuários/as da política.

Na atual pesquisa foram incorporados como participantes os/as usuários/as da política. Essa escuta alertou a equipe para alterações e ou manutenções ocorridas no campo da Assistência Social que demandam novas análises para compreender como essa relação se estabelece. O artigo busca apontar os achados de pesquisa e ao problematizá-los jogar luzes nesse tema.

Necessário pontuar, preliminarmente, que para a equipe a premissa de que há dicotomia entre assistidos/as x trabalhadores/as (o que pode ter uma causalidade nesse debate) não se sustenta em uma análise mais apurada. É preciso introduzir nessa análise os elementos apontados pelas novas inflexões alocadas no campo do trabalho; pela fase atual do capitalismo financeiro; pela incessante busca por alterar as formas de reprodução da classe trabalhadora e

também a ausência do debate de classes sociais no interior da política, o que pode ser bem observado quando a mesma define quem são seus/as usuários/as:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

Essa definição não só não reconhece a relação classista dos/as usuários/as como também ao incorporar categorias polêmicas e contraditórias, como risco social e vulnerabilidade, mascara essa relação.

Dentro desse campo contraditório, há um elemento central que tem sido apresentado como um dos instrumentos de inclusão dos/as usuários/as que são os chamados cursos profissionalizantes, através do programa inclusão produtiva ou do PRONATEC. Essa estratégia dialoga diretamente com a falsa ideia de que a preparação para o trabalho resultará não só na inserção no mercado de trabalho, como também consistirá em porta de saída, tão almejada pelas políticas de cunho neoliberal.

A máxima de “emancipação” do usuário na sua qualificação e consequente venda de sua força de trabalho. Nessa esteira oferecerem-se a processos aviltantes, constrangedores, opressores, nas formas mais brutais de trabalho, são avaliados por parte da sociedade, como positivo, remontando as formas mais tradicionais de políticas de proteção social. (CASTEL, 1998).

Em relação a esta tensão, é necessário partir da posição que afirma a centralidade do trabalho na constituição do ser social. “Transformar o trabalho em mercadoria e superexplorá-lo é uma realidade da sociedade capitalista, principalmente no quadrante da América Latina, que ao instituir as formas de opressão e acumulação exigiu que a classe trabalhadora fosse a busca de proteção contra os efeitos dessa superexploração.” [...] Na atualidade, considera-se que a contraposição entre Assistência Social e trabalho, parte do engodo que quer sombrear as relações que sempre se estabelecem no campo

do trabalho no Brasil. Não só temos um grande número de trabalhadores/as informais como também trabalhadores/as formais que, por contarem com salários muito baixos, necessitam ser protegidos também pela política de Assistência Social. (COUTO, 2015, p.668).

2 USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA: O DILEMA DE SUA CARACTERIZAÇÃO

O debate no entorno do entendimento de quem é o sujeito histórico que busca o atendimento de suas necessidades no campo da política de Assistência Social permanece sombreando as definições que têm sido aplicadas. Uma longa trajetória foi construída desde a condição de clientela para usuários/as, muitas delas derivadas de preconceitos e estigmas em relação a essa população.

[...] em outras palavras, tratamos aqui de uma espécie de “cultura política” que nega a identidade social dos subalternos e seu pertencimento a uma classe; tratamos de uma forma de ocultar o conflito e a resistência e de legitimar a dominação (YAZBEK, 1993, p.41).

Sua definição atravessa a perspectiva marxiana na representação do lumpesinato, a massa de população amorfa, com precárias condições de sobrevivência, e aderente aos controles da burguesia, ou como tão bem Yazbek define como subalternos³, a partir dos estudos gramscianos, submetidos pela ausência de poder, a condições adversas e a replicar as ideias hegemônicas da burguesia, aceitando como natural a condição de subalterno, mas com potencialidades de buscar transformar sua realidade.

Alerta-se que o apartamento operado entre indivíduo e classe social abre flanco à *psicologização/individualização dos problemas sociais*, traços presentes e preocupantes no âmbito das políticas sociais e, especialmente, da política de assistência social (SIMIONATO, 2014, p.13, grifo o autor).

As pesquisas têm mostrado que os/as usuários/as da política são um grupo heterogêneo. A identificação substantiva desses/as usuários/as passa pela condição clássica de pobreza, transita pela condição de trabalhador/a precarizado/a, de famílias migrantes, população em situação de rua, quilombolas, indígenas, populações ribeirinhas, entre tantas, mas sua marca

³ Em relação ao tema sugere-se a leitura do posfácio do professor Alex Fabiano de Toledo da nona edição do livro *Classes Subalternas e Assistência Social* de autoria de Maria Carmelita Yazbek (2016).

central é a desigualdade, e uma emblemática condição de subalternidade, que reverbera na aceitação das regras institucionais, das condicionalidades impostas, como se fossem naturais.

Essa população convive nos mesmos espaços demandando e entendendo a proteção de forma diversa, o que tem desafiado o Sistema Único de Assistência Social e seus regramentos. Se por um lado a tipificação dos serviços, aprovada em 2009, tem sido apontada positivamente, porque quebrou com o paradigma de que “para pobre basta um serviço pobre”, por outro lado essa regulação vem sendo tensionada pelas demandas dos “novos/velhos” demandatários/as da política.

O debate amplia-se quando o tema passa a ser política social pública não contributiva, em contraponto ao arcabouço de proteção criada em torno do trabalho assalariado, a proteção do seguro. A lógica protetiva do capitalismo ancora-se centralmente na ideia de que o trabalhador e sua família devem arcar com o ônus de sua proteção.

A Assistência Social enquanto política social pública rompe com essa assertiva, transferindo a responsabilidade para o Estado e o fundo público. Essa lógica de universalidade, dentro da ótica capitalista, resultante de uma longa disputa entre trabalhadores/as e capital, perde totalmente sua potência no século XXI, e reacende a luta ideológica sobre o que é “nobre” e “digno” no campo da proteção social.

Os/as trabalhadores/as empobrecidos/as pela desvalorização de sua força de trabalho, pela retirada de grande parte de direitos acumulados desde o século XIX, são obrigados a conviver com um discurso ideológico (e não raro incorporá-lo) de que a proteção social deve ser buscada na lógica do mercado, e quando não, ao ser ofertado tem o direito de cobrar contrapartidas. Constituem-se assim as bases para o Workfare (PEREIRA, 2015), a proteção atrelada a prestação de serviços, reiterando que para essa proteção ocorrer as imposições dos serviços são legítimas e desejáveis.

A realidade encontrada na pesquisa aponta para questões centrais nessa relação trabalho x Assistência Social, que apontam para inúmeras contradições que necessitam ser mais bem compreendidas para só assim

avaliarmos a potencialidade dessa relação e dela com o direito a proteção social.

3 A DUPLA RELAÇÃO TRABALHADOR/A E USUÁRIO/A: FRAGMENTOS DOS ACHADOS DE PESQUISA

Durante o percurso da coleta de pesquisa observou-se na composição dos grupos focais de trabalhadores/as e de usuários/as, pessoas que estavam ali na condição dual, enquanto trabalhadores/as do SUAS que também são usuários/as desta política. Durante as intervenções realizadas pelos/as participantes dos grupos enquanto trabalhadores/as da política de Assistência Social denunciava o vínculo com a política na condição também de usuário/a. É importante sinalizar que as falas expressas são fruto dos debates desencadeados no processo de coleta dos grupos, em que se observa o desenvolvimento das ideias a partir do lugar que cada sujeito ocupa dentro da política, que evidencia múltiplas posições, como é o caso do relato a seguir, em que a trabalhadora está também na condição de conselheira da política de Assistência Social e usuária.

Hoje a gente vive num mundo tão para frente, mas num mundo tão arcaico ainda para muita coisa. Então [...] eu sou a funcionária pública, porque eu tive que passar num concurso para ser zeladora, e por outro lado, usuária do CRAS, usuária mesmo, faço parte de uma equipe, sou beneficiária dos programas que tem dentro do Cadastro Único e Conselheira também (GRUPO FOCAL DE TRABALHADORES/AS DO SUAS).

Esse dado expressa os alertas das análises realizada por Raichellis (2010, 2017) sobre as condições de trabalho dos/as trabalhadores/as do SUAS, as condições precárias e as baixas remunerações constituem-se no elemento fundamental para sua inserção no atendimento da política, em que pese as condicionalidades.

Essa realidade encontrada aponta para a necessidade de avaliarmos que impactos tem para os serviços socioassistenciais o fato de que seus/as trabalhadores/as se constituam também em usuários/as dos serviços. Os

dados preliminares apenas nos colocam esse dilema e nos convocam a melhor analisa-lo.

De outro lado existe a persistência de usuários/as denunciarem a dificuldade de cumprimento com as regras institucionais pela incompatibilidade com o horário de seus trabalhos. Não raro os/as trabalhadores/as denunciam a pressão que sofrem dos serviços para comparecimento nos CRAS, CREAS, pois sua condição de trabalhador fica suscetível a punição e muitas vezes ao risco da perda do trabalho. A requisição do comparecimento para cumprimento de atividades junto aos serviços como condição para permanência nos mesmos se choca com os horários de trabalho dos/as usuários/as atendidos/as, gerando situações de gasto para deslocamento – do trabalho ao serviço, preocupação dos/as usuários/as na manutenção dos atendimentos. O que se percebe é a submissão dos/as usuários/as a essas regras já que a inserção no processo de trabalho se dá de forma precária.

A realidade social dos/as usuários da Assistência Social é em geral uma condição de inserção informal ao trabalho, ou, como podemos identificar neste estudo, inserção formal sob condições que são insuficientes para garantir a independência e proteção social dos/as trabalhadores/as por meio de seu trabalho. O desemprego, a inserção precária (informal, subcontratado, terceirizado, etc.), baixa renda, são alguns dos fatores que mantêm o processo de dominação entre as classes sociais, e que uma das formas de dominação é a manutenção dos/as usuários/as numa condição de subalternos.

Evidencia-se nessa relação, a condição subalterna (YAZBEK, 2016) presente na relação estabelecida entre usuários/as x serviços socioassistenciais, bem como a relação de super exploração a que, na grande maioria das vezes, estão submetidos no mundo do trabalho. Muitas demandas dos/as trabalhadores/as são por complementação aquilo que a renda auferida pelo trabalho não possibilita. Na pesquisa, o empobrecimento dos/as trabalhadores/as pode ser medido pelas solicitações que comparecem como:

A minha mãe não é de família grande e está todo mundo trabalhando, a minha mãe foi lá no CRAS pedir cesta básica e não cederam o cupom, e nós tava precisando em casa, e eles não deram, não tinha

como dar, já tinha acabado e eu acho que falta mais recurso (GRUPO FOCAL DE USUÁRIOS/AS DO SUAS).

A pesquisa aponta uma nova clivagem no desenho dos/as usuários/as, em relação ao acesso. Há fortes indícios que isso é produto da volta acelerada da pobreza no Brasil, bem como o índice alarmante de desemprego que o País enfrenta. O trabalho assalariado também perdeu potência pela não recomposição do salário mínimo, o que se traduz pelo empobrecimento do/a trabalhador/a, que ao ter sua renda diminuída busca o atendimento de suas necessidades básicas nas políticas sociais, e principalmente, na política não contributiva da Assistência Social. Assim cada vez mais é falacioso afirmar que a existência de trabalho assalariado, de inserção profissional, é suficiente para a superação das necessidades da população, o que impossibilita a utilização do trabalho assalariado como critério para exclusão da política. Cada vez se torna imprescindível o alerta de YAZBEK,

Ultrapassar as aparências que escamoteiam o fato de que entre as políticas assistenciais e seu objeto há um enorme fosso, que é o próprio caráter estrutural da geração de pobreza, exclusão e subalternidade de seus usuários. (2016, p.200).

A pesquisa reafirma a necessidade de analisar a realidade dos/as usuários/as da política de Assistência Social como parte integrante da grande avalanche que sofre a classe trabalhadora na contemporaneidade, onde instituir serviços de qualidade para atendimento as necessidades dos/as trabalhadores/as pode se constituir, sem ilusões maniqueístas, em arma dos/as trabalhadores/as para enfrentar as mazelas impostas pelo capital.

Reconstruir as histórias de vida dessa população que em sua grande maioria sofre enormes violações de direitos sobrevive em realidades muito adversas, e inscrevê-las na luta cotidiana dos/as trabalhadores/as, sejam eles precarizados, informais, ou do mercado formal parece ser o caminho para dar a política o fôlego de estratégia também de construção de hegemonia dos direitos de todos/as os/as trabalhadores/as.

3.1 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: O CANTO DA SEREIA COMO “PORTA DE SAÍDA”

Entre os achados da pesquisa o debate sobre os cursos profissionalizantes e sua função dentro da política de Assistência Social ganha relevo tanto nas falas dos/as usuários/as como dos/as trabalhadores/as. A contradição entre colocar nessa atividade uma possibilidade redentora da condição de pobreza, a afirmação de que é o melhor que se pode ofertar, e que isso realmente poderia criar condições para que os/as usuários/as não necessitassem mais dos serviços ofertados pela Assistência Social, iguala-se a afirmações sobre as incoerências desses cursos e a inexistência de um mercado de trabalho disponível ao/a trabalhador/a.

A análise que esses cursos ofertados pouco ou quase nada dialogam com a condição educacional dos/as usuários/as da política, além de serem descolados/as da oferta, quando esta existe, do mercado de trabalho do município onde os CRAS, CREAS e CENTROPOP desenvolvem suas atividades.

A premissa de que o acesso ao trabalho depende do esforço pessoal, e da dedicação do/a trabalhador/a, reitera o caráter meritocrático e materializa-se na ideia de que a culpa da precarização a que está exposto o/a trabalhador/a é dele mesmo. Retoma-se a forma residual, de caráter funcionalista, impondo-se a leitura da desqualificação dos/as usuários/as como razão direta da sua realidade. Essa visão equivocada descola os/as usuários/as da Assistência Social da realidade social vigente, que por esta conjuntura de crise e redução das políticas de proteção social vem seus direitos agredidos e o agravamento da questão social, os efeitos para a classe trabalhadora são devastadores.

Todos os grupos de usuários/as relatam atividades voltadas para inserção no mercado de trabalho, inclusive é uma expectativa alimentada pelos/as usuários/as da possibilidade de inserção laboral, não perpassa na fala dos/as usuários/as o entendimento sobre as condições estruturais do mercado de trabalho, e fica evidente um sentimento de expectativa que os processos de formação, nos cursos profissionalizantes como se estes fossem suficientes para a inserção laboral.

Tem atividades para os adolescentes, já sai para o mercado de trabalho. Então as vezes também tem para os pais. Que nem eu fiquei desempregada. Só que no momento que eu fui lá não tinha mais vaga, mas eles abrem vagas também para os pais. Tem curso no Senac (GRUPO FOCAL DE USUÁRIOS/AS DO SUAS).

Um momento raro nos diálogos entre os/as usuários/as em que aparece uma crítica sobre o que é ofertado para as mulheres enquanto formação, “[...] estavam oferecendo curso de pintura, tinha maquiagem, manicure. Só que eu falei assim para eles, eu tenho a minha opinião, eu não gosto dessas coisas” (Grupo Focal de Usuários/as do SUAS). No geral o que se observa é a reivindicação dos/as próprios/as usuários/as para a ampliação dos processos formativos, principalmente para os/as adolescentes a fim de colocação no mercado de trabalho e superação da condição de atendido pela política de Assistência Social.

Que nem, por exemplo, lá no outro município tinha curso, era no Senai, mas o cadastro era feito no CRAS. Era bem bacana. Eu fiz dois cursos lá, fiz de computador, que eu não sabia nada e padaria e confeitaria. Apesar de que eu não tenho dom para isso, mas eu fiz (GRUPO FOCAL DE USUÁRIOS/AS DO SUAS).

Uma questão a ser observada é que não há uma reivindicação de formação por alguma área ou profissão específica, o que pode significar um processo mecânico, alienado, de inserção pela inserção, não se tem uma análise sob o ponto de vista da relação dos cursos, das capacitações com a realidade do mercado de trabalho, mas uma solicitação de cursos para capacitação sob uma perspectiva que esse é o caminho para uma inclusão profissional que seja capaz de romper com seu vínculo de assistido. Ou romper esse vínculo com a Assistência Social nas próximas gerações.

Não raro, usuários/as e trabalhadores/as relatam sua expectativa em relação a essa formação profissional e sua afinidade direta com a saída do atendimento e a solução para sua “independência”. O mito do esforço pessoal se reforça, a máxima de que basta querer para que se consiga uma melhor colocação faz parte dessa ideologia neoliberal, da recomposição da categoria individualismo como central. Nessa lógica ofertar cursos e capacitar a população é a solução para a superação da sua condição de usuário/s da política, uma lógica que aparece muito clara nos discursos dos usuários/as.

O campo da Assistência Social, ao aceitar como imponderável o papel de inserir no trabalho parcela da população que não tem acesso às políticas de trabalho e emprego, tem realizado experiências que reiteram a subalternidade da população e sua desqualificação para o mercado, uma vez que os cursos são construídos na ótica da ocupação do tempo, sem vinculação com a política produtiva local e como arremedo de inclusão em trabalhos, muitas vezes precarizados e sem qualidade. (CALVETE e COUTO, 2009, p.202).

Um dos desafios a ser enfrentado é que ainda encontram-se mecanismos para que a política de Assistência Social seja espaço de reprodução dos processos de subalternização da classe trabalhadora, que parece ser um elemento necessário de ser recuperado sobre a caracterização dos/as usuários/as do SUAS.

Inúmeras são as questões a serem exploradas na análise dos dados da pesquisa, mas a centralidade da inserção no trabalho da população usuária da Assistência Social é um dos dados relevantes nos depoimentos. A condição essencial para garantir proteção parece ser vinculada diretamente a capacidade de proporcionar a inserção dessa população no mercado formal e na garantia do seguro social.

Outros elementos compareceram nos depoimentos na sua relação com o trabalho, um deles tem relação direta com o território onde essa população habita. Os preconceitos e estigmas se revelam como impeditivos da busca desse emprego e no reforço da ideia de que essa população faz parte das “classes perigosas”.

Assim, em relação a questões estruturais sobre o mundo do trabalho, o processo de exclusão, e a sociabilidade no modo de produção capitalista, dois usuários/as relatam a dimensão dos seus territórios enquanto espaços de vida marcados pelo estigma em decorrência da violência urbana ligada, ou não, ao tráfico de drogas. Pode-se ainda identificar a violência estrutural na ausência de mecanismos de segurança, equipamentos sociais e de mobilidade, acarretando em processos de exclusão e preconceito as pessoas que vivem nestes territórios, independente de ser cidades distintas os relatos aparecem no mesmo sentido e sob realidades que se assemelham.

Tem pessoas que invadiram. Tem tráfico de drogas que traz pessoas de fora, que não é proprietário. Tem muita gente honesta e muita

gente que não deveriam estar lá dentro entraram lá para dentro. Uns que trouxeram. Então isso está precisando de uma conscientização. Como a gente está conversando, nem que fosse uma assistente social para modificar aquilo. Eu sou trabalhadora, eu estou sendo desmoralizada. (Grupo Focal de Usuários/as do SUAS).

Se a gente mora num bairro que ocorre isso aí, (violência, prostituição, tráfico) tu vai fazer alguma ficha, estou procurando emprego, estou preenchendo a minha ficha [...] Até que tu não fala o nome do teu bairro, beleza. Falou o nome do teu bairro “ah, a gente vai te ligar” e nunca ligam. Por quê? Porque uma pessoa boa paga pelos maus (GRUPO FOCAL DE USUÁRIOS/AS DO SUAS).

Esses achados impõem analisar a relação trabalho x Assistência Social para muito além da relação da empregabilidade. Requer pensar as imposições que são colocadas a essa população na vida cotidiana pela sobrevivência, onde a existência de emprego ou não é apenas um dos fatores que redesenham o lugar que ocupam na sociedade.

É preciso alongar a análise para a atual fase destrutiva do capital para entender em que abismo a classe trabalhadora está sendo jogada e como sua sobrevivência pode, deve ou não ser pensada nos limites da proteção social. Como um dos direitos sociais ter direito ao trabalho digno, protegido faz parte da luta de sempre dos trabalhadores. É na ausência ou precarização do trabalho que se impõe debater a proteção social não contributiva e entre ela, a da Assistência Social.

4 A GUIA DE CONCLUSÃO: UM DEBATE INCONCLUSO

A pesquisa realizada e em fase de conclusão tem mostrado a equipe que na relação trabalho x assistência social muitos elementos que já vem sendo debatidos, comparecem como chaves para o desdobramento desse debate. Na sua contrapartida novos elementos vão sendo descobertos e estão a exigir um aprofundamento das análises.

O conformismo com que muitos/as dos/as usuários/as entendem seus carecimentos, o reforço da ideia da meritocracia pautando os atendimentos, a falta de compreensão da realidade imposta pela barbárie, e o pensamento mágico de que depende do esforço individual para que a realidade seja modificada, tem servido de lastro a muitas das propostas encontradas nos atendimentos do SUAS. Uma delas sem sombra de dúvida é a afirmação de

que o trabalho assalariado será suficiente para que o/a usuário/a não necessite de proteção social e que a formação profissional ofertada abrirá esse caminho.

Nesse terreno ressurgem a necessidade de melhor explicitar a proteção social a ser prestada pela Assistência Social e como essa proteção pode e deve ser espaço de acolhida as demandas da classe trabalhadora. Os dados do empobrecimento da população, mas não só, também do empobrecimento e escassez dos recursos e dos serviços impõe inclusive repensar essa lógica de capacitação profissional dentro dos serviços socioassistenciais.

Lutar contra a docilidade/passividade que o atendimento pode gerar constitui-se dado essencial para buscar oferecer a classe trabalhadora um lugar, onde possa recorrer e também se organizar.

Se nos primórdios do debate da Assistência Social a ideia de que trabalho protegido retirava do sujeito a necessidade de buscar atendimento na Assistência Social, ao longo da institucionalização da política, esse dado foi sendo superado. São trabalhadores/as sim, os usuários/as que cotidianamente vão aos serviços buscar complemento ao que suas precárias rendas não garantem; são desempregados/as sim, afastados de um mercado de trabalho perverso; são sujeitos históricos inúteis para o capital, jogados a sua própria sorte e desprovido dos meios básicos de sobrevivência.

Como pensar “porta de saída” nessa caótica situação que o capitalismo rentista, financeiro colocou o mundo atual. É preciso retirar as máscaras daquilo que impõe ao/a trabalhador/a sua própria insolvência, constituir serviços que não anunciem o “canto da sereia”, reatualizar os meios de enfrentamento da realidade, sem mistificá-la, nem subestimá-la.

Como aponta Pereira (2015) apesar da clareza dos limites da proteção social na sociedade capitalista, é preciso reunir forças, pesquisar, transformar esse conhecimento em armas para que a classe trabalhadora não só ultrapasse essa realidade, mas que possa sonhar com outra sociabilidade, banindo toda forma de opressão.

Os achados da pesquisa autorizam a afirmar que um longo caminho há de ser percorrido até que usuários/as, trabalhadores/as consigam livrar-se das amarras que desenharam a política de Assistência Social na construção sócia

histórica brasileira. Ainda comparecem estigmas de bons pobres, de merecedores, esforçados, todos os atributos que podem ser conferidos aos indivíduos. Pouco comparece a análise das estruturas sociais e das consequências disso para a população usuária. Por isso, ainda, o direito social é uma categoria pouco referenciada.

O dado que mais chama atenção nesse debate é a centralidade que a formação profissional, via curso, adquire. A desmistificação dessa premissa nos parece um caminho necessário e urgente para a redefinição dos serviços socioassistenciais. Identificar o/a usuário/a como classe trabalhadora (na sua heterogeneidade) é fator primordial para isso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS**, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 04 de jul. 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.

COUTO, Berenice R. CALVETE, Cássio. A assistência social e a inserção produtiva: garantia de renda ou inserção precária no mundo do trabalho? In: MENDES, Jussara. PRATES, Jane C. AGUINSKY, Beatriz G. **O Sistema Único de Assistência Social**: entre os fundamentos e o desafio da implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

COUTO, Berenice R. Assistência Social: direito social ou bem-estar? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0665.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

PAIVA, Beatriz Augusto de (Org.) **Sistema único de assistência social em perspectiva direitos, política pública e superexploração**. São Paulo: Veras, 2014.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no capitalismo**: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out/dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-282010000400010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 jun. 2018.

SIMIONATTO, Ivete. Prefácio. In PAIVA, Beatriz Augusto de. (Org.) **Sistema Único de Assistência Social em perspectiva direitos, política pública e superexploração**. São Paulo: Veras, 2014.

YAZBEK, Maria C. **Classes subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Classes subalternas e Assistência Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.